



CRISE FISCAL EM MINAS

ter, 12/02/19

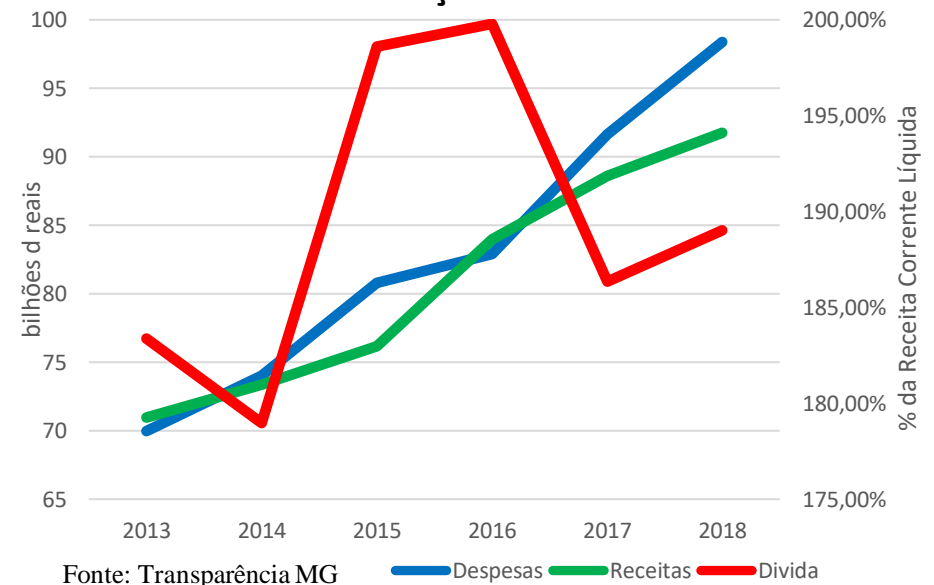
Minas Gerais inicia o ano de 2019 sem ainda ter conseguido equalizar seu déficit fiscal, com consequente elevação da dívida pública, dificuldades de pagamento da folha do funcionalismo e deterioração da capacidade de investimento e de manutenção da máquina pública.

O projeto de lei 5406/2018, vide a Lei Orçamentária Anual de 2019, prevê déficit de R\$ 11,4 bilhões neste ano. É um aumento considerável com relação ao déficit de 2018, que foi de R\$ 8,08 bilhões. O novo Governador, Romeu Zema, por outro lado, já manifestou a intenção de conter os gastos públicos e de recorrer ao Programa de Recuperação Fiscal, que é basicamente a postergação dos pagamentos referentes à dívida com a União em troca da realização de um programa de ajuste fiscal e privatizações.

O movimento das despesas e receitas se explica mais pela variação negativa do PIB, com posterior e fraca recuperação, do que por variações no exercício fiscal e no montante da carga tributária. O resultado foi o crescimento da relação entre dívida pública líquida e receita corrente líquida, com aumento de 183,37% em 2013 para 189,03%, em 2018 (gráfico 1). O índice, cujo teto é limitado a 200%

pela Lei de Responsabilidade Fiscal, se aproximou criticamente de seu limite nos anos de 2015 e 2016 (198,61% e 199,79%, respectivamente), o que só foi atenuado através do aumento da receita corrente (e aumento do denominador do índice).

Gráfico 1: Situação Fiscal MG: 2013-18





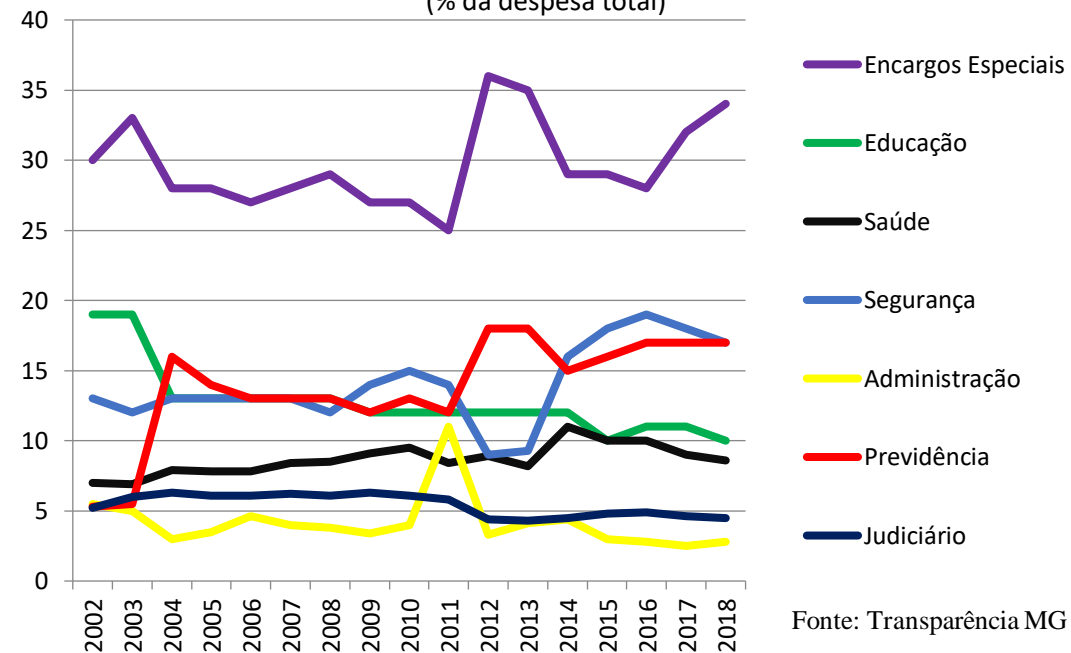
CRISE FISCAL EM MINAS

ter, 12/02/19

Esse quadro compreende, primeiro, o resultado do desequilíbrio na razão entre contribuintes e pensionistas no sistema previdenciário somado ao envelhecimento populacional, que tende a elevar a demanda por serviços públicos, como os serviços de saúde, por exemplo. A razão entre ativos (15-64) e inativos (65-) decresceu de 8,33, em 2011, para 5,75 em 2019 e deve chegar a 2,985, em 2040, segundo projeções da Fundação João Pinheiro. O peso demográfico sobre a economia pode ser observado no gráfico 2; em conjunção com os gastos em segurança, as despesas na área de saúde e previdência foram os principais componentes do gasto estatal na última década.

O quadro piora, entretanto, se consideramos que, dentre as despesas com encargos sociais, parcela do orçamento se destina à equalização financeira do RPPS. Caso se considere estas despesas em acréscimo às do sistema previdenciário, sua trajetória se torna muito mais aguda e explosiva, como pode ser observado no gráfico 3 (que desta vez representa os gastos como proporção do PIB).

Gráfico 2: Composição despesas MG: 2002-2018
(% da despesa total)



Fonte: Transparência MG

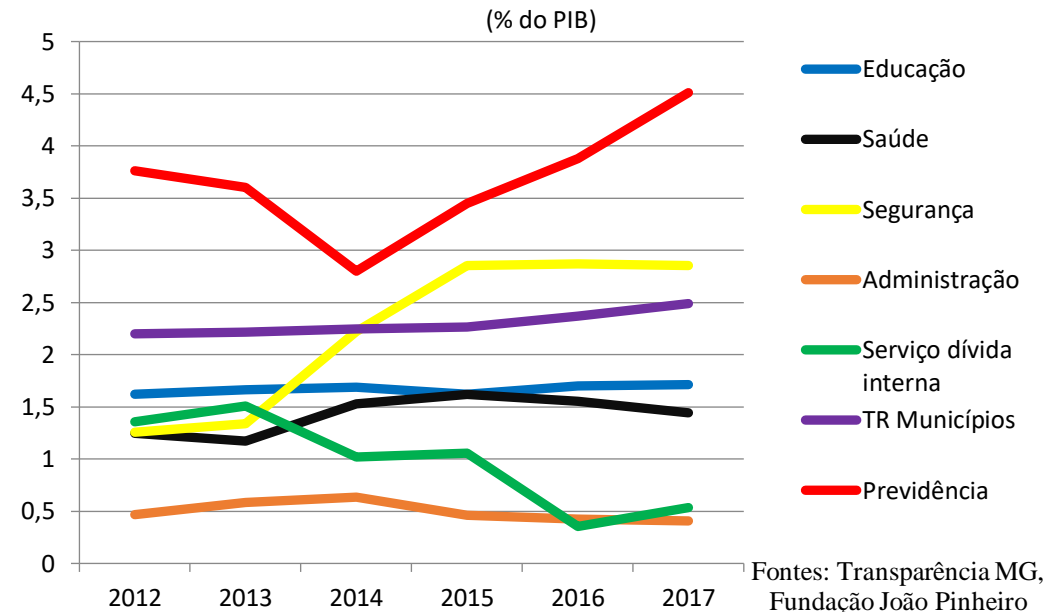


CRISE FISCAL EM MINAS

A observância dos gráficos 2 e 3 permite concluir, primeiro, que as despesas com previdência, saúde e segurança não somente englobam fatia cada vez maior do orçamento total, mas também maior proporção do PIB estadual; segundo, que este acréscimo se deu a custo da redução concomitante dos gastos em outras áreas do orçamento estadual, i.e., educação, infraestrutura, indústria, ciência e tecnologia etc. A segunda causa do desequilíbrio fiscal mineiro se encontra no aumento de gastos com pessoal. Esta despesa já ultrapassou o teto estabelecido pela RLF, de 49% da Receita Corrente Líquida, e se situa atualmente por volta de 79,18% da RCL estadual. Como proporção do PIB, os gastos com pessoal podem ser observados no gráfico 4.

Os gastos com pessoal aumentaram de 6,6% do PIB em 2012 para 8,725% em 2018, em trajetória contínua e de aumento. Os principais componentes foram o gasto com ativos, que subiu de 3,91% para 4,76% no mesmo período, e com inativos, que subiu de 2,05% para 3,22%. O gasto com pensionistas se mostrou relativamente inalterado, subindo de 0,49% para 0,625% do PIB.

Gráfico 3: Despesas MG: 2012-2017



Cabe ressaltar, o gasto com pessoal se mostra cada vez mais desequilibrado (refletindo a transição demográfica supracitada): para cada real gasto com um servidor inativo em 2010, R\$1,91 era gasto com um servidor ativo; esta mesma proporção decresceu para R\$ 1,41 em 2018, segundo dados da Transparência Fiscal.



CRISE FISCAL EM MINAS

Desta forma, a evolução da conjuntura fiscal de Minas Gerais parece ser condicionada por três aspectos. O primeiro diz respeito à reforma da previdência, já encaminhada ao Congresso Nacional e que abarca, também, servidores estaduais e municipais. Caso aprovada, a reforma atenuará o desequilíbrio estrutural da previdência estadual e contribuirá para a recuperação local nos próximos anos, não obstante com fraco efeito no curto prazo. Deste modo – o que compreende o segundo aspecto abordado – o ajuste fiscal provavelmente se centrará, neste e no próximo ano, em redução de gastos discricionários (como o já escasso investimento público), dada a baixa margem de manobra do governo estadual para alteração dos gastos obrigatórios. Finalmente, considerada a trajetória ascendente dos gastos com pessoal, a solução para o equacionamento fiscal deverá passar por redução de quadros e remuneração de funcionários públicos.

As principais perspectivas, nesse aspecto, remontam no julgamento de ação pelo Supremo Tribunal Federal, que decidirá sobre a possibilidade de redução do expediente do funcionalismo com proporcional redução da remuneração (quando o gasto com o funcionalismo ultrapassar 60% da RCL, conforme a LRF); na proposta

de emenda constitucional de desvinculação completa dos gastos públicos, sugerida pelo Governo Federal; na possibilidade de privatização de ativos estatais como forma de aumento da arrecadação e redução do funcionalismo estatal; e na aprovação da reforma administrativa do Governo Zema (que funde secretarias e extingue cargos comissionados). A reforma tributária, por sua vez, - que trata do segundo componente do desequilíbrio atuarial e estrutural das contas públicas estaduais -, será tema do próximo post sobre conjuntura fiscal.

Gráfico 4: Despesas com pessoal:2012-2017

